



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 19 - Nº 359 - DE 11 A 23 DE JUNHO DE 2008 - R\$ 2,00

África: violência contra estrangeiros



Violência na Índia das castas



Bolívia: as massas devem preparar sua autodefesa



A crise política abre novos focos



A luta dos trabalhadores em transportes em Fortaleza

Eleições na Apeosp: burocracia mantém aparato, mas sofre derrotas importantes

O fracasso do V Congresso da USP

Crise econômica começa a influir na crise política

O governo Lula tem enfrentado crises políticas desde o primeiro mandato. Neste segundo mandato, não teve um único suspiro: as denúncias da oposição burguesa e a falta de centralização do aparato estatal cercam suas possibilidades de ação o tempo todo.

Mais uma palhaçada na CPI dos Cartões

A crise ao redor dos cartões corporativos se dissipou. Governo e oposição acharam melhor enterrar a CPI sem que se revelassem os detalhes que poderiam incriminar tanto FHC como Lula. Ficou evidente que um assessor da Casa Civil comandada por Dilma Roussef, José Aparecido, que foi no passado candidato pelo PT e fez parte do governo paralelo de Lula em 1989, foi o responsável pelo vazamento do dossiê contra FHC, entregando-o a um assessor do senador Álvaro Dias (PSDB-PR). As relações entre os dois comprovam que o assessor era uma espécie de agente duplo da oposição no interior do principal ministério político do governo. Apesar de ter sido indicado por José Dirceu.

Encontrado um bode expiatório, tratou-se de enterrar a CPI, que não poderia ir além para não comprometer Álvaro Dias, Dilma Roussef, FHC e Lula. Ao final dos trabalhos, a oposição se resignou em apresentar um relatório paralelo, que será usado como peça da campanha eleitoral. A polícia federal, que apontou o bode, não se empenhou em continuar as investigações.

O episódio mostrou mais uma vez que o governo Lula não tem em suas mãos a centralização do aparato estatal burguês, que serve às frações burguesas em disputa.

Um ministro para acelerar a destruição da Amazônia

A demissão de Marina Silva revelou a farsa governamental de "proteção" da Amazônia. Ainda que apoiada por seto-



Lula: sem um instante de folga

res do imperialismo europeu, a ministra foi derrotada pelos capitalistas plantadores de arroz, criadores de gado, mineradores e exploradores da energia hidrelétrica. Depois de várias vezes desmentida e desautorizada por Lula, pediu as contas. A demarcação contínua das terras indígenas, deliberada judicialmente no governo FHC, foi engavetada. Os generais do exército, encabeçados por Helelno, foram os porta-vozes dos capitalistas ávidos pelo licenciamento ambiental, ou seja, pela liberação da destruição florestal. O poder judiciário, respondendo aos interesses imediatos da burguesia, deu um jeito para adiar indefinidamente a demarcação.

O governo Lula nomeou para o lugar de Marina o boçal Minc, que não passa de um carimbador de licenças ambientais. Será um elemento de aceleração da destruição da Amazônia. O governo Lula é incapaz de evitar a aceleração da destruição da floresta, imposta pelas relações capitalistas de produção.

O poder judiciário disciplina o governo

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu conter as medidas provisórias

do governo. Segundo os juízes-chefes, Lula não pode usar as MPs para determinar gastos governamentais. Esses gastos devem passar pelo crivo do parlamento.

Lula tem utilizado as MPs para encaminhar despesas e não submetê-las à disputa política no parlamento. A oposição burguesa tem reclamado desde o primeiro mandato dos gastos governamentais. Pressiona o governo para conter seus planos assistencialistas, esmagar os salários do funcionalismo e ter mais recursos para o sustento do parasitismo financeiro e subsídios aos capitalistas.

A decisão do poder judiciário mostra que serve de instrumento da oposição burguesa contra o governo Lula. Ao deliberar sobre o que pode ou não ser feito através de MPs, o judiciário pretende disciplinar o governo e submetê-lo aos ditames

do PSDB/DEM.

Está aí mais uma evidência da falta de capacidade de centralização política do governo em relação ao aparato estatal.

Mais medidas em benefício dos capitalistas

O governo, preocupado com o andamento da crise econômica mundial, tomou algumas medidas paliativas: o Banco Central tem aumentado mês a mês as taxas de juros para tentar conter a inflação; o BNDEs criou uma linha especial de crédito para os setores ligados ao PAC; os produtos voltados à exportação tiveram redução de impostos.

O temor do governo é a influência da inflação mundial sobre o país. Sem dúvida, o Brasil não poderá escapar de todos os reflexos da alta de preços internacional. Já teve grande sorte pela desvalorização do dólar compensar a alta dos preços dos combustíveis. Se de um lado o petróleo dobrou de preços, o dólar despencou em seu valor. Mas a alta do petróleo tende a contaminar os preços de toda a rede produtiva, em es-

pecial o dos alimentos, ligados ao óleo pela especulação ao redor das commodities nas bolsas de valores.

As medidas governamentais só aliviam alguns setores e em grau muito inferior ao exigido pela força da crise. A alta dos juros encarece o endividamento público e não é capaz de conter as pressões externas sobre os preços. O subsídio com empréstimos e redução de impostos só beneficia alguns setores, e não no mesmo grau que a baixa do dólar e a redução do comércio exterior internacional se colocaram. Os subsídios bilionários às montadoras têm aumentado as críticas de setores do capital nacional, que argumenta com a alta lucratividade e capacidade financeira do setor automotivo. O fundamental é que Lula comparece como serviçal do capital multinacional.

O desenrolar da crise econômica, que ultrapassou as cercas dos Estados Unidos e começa a atingir os demais países, tende a acirrar as disputas interburguesas ao redor das medidas governamentais.

A reedição da CPMF

O governo tem estimulado a base aliada a retomar o debate para aprovação de um imposto que substitua a CPMF. Trata-se da CSS, Contribuição Social para a Saúde.

A oposição tem reclamado porque já há um aumento da arrecadação de impostos por causa do crescimento econômico, que já compensou ao menos em parte a perda da CPMF.

Mas o governo corre para ter em mãos um precioso instrumento de pressão e barganha políticas. Promete aos governadores dos estados uma fatia da arrecadação da nova CPMF. Libera verbas para setores descontentes da base aliada, para trazê-la para o campo da aprovação do novo imposto.

Se por um lado a tendência da oposição é a de ser derrotada pela máquina governamental, o governo tem de ceder ainda mais fatias de poder aos seus “aliados”, tornando-se ainda mais dependente deles. Com isso, também expressará em seu interior as contradições de interesses desses bandos burgueses. Para dar um passo adiante em sua meta de fazer o próximo governo, Lula vai ficando cada vez mais nas mãos das oli-

garquias “aliadas”.

A corrupção aflora por toda parte

Depois da ofensiva da oposição burguesa contra o ministro Paulinho, da Força Sindical, por envolvimento num esquema de corrupção que envolvia altos oficiais da polícia, parlamentares e assessores; depois das denúncias de venda de cargos na polícia do Rio de Janeiro por uma quadrilha chefiada por Anthony Garotinho; depois das denúncias de financiamento de campanha de sua esposa Rosinha pelo Jogo do Bicho; as denúncias caem sobre a Casa Civil de Dilma Rousseff, acusada por uma “colega” de governo (Denise Abreu, chefe da Anac) de facilitar a compra da Varig por um grupo estrangeiro.

A corrupção é inerente ao Estado burguês. Serve de azeite para a máquina estatal funcionar a serviço do grande capital e dos bandos capitalistas. As denúncias de corrupção são armas das frações burguesas na disputa por maior influência nas decisões da máquina estatal.

A oposição burguesa denuncia Dilma, mas de fato pretende chegar até Lula. É que o elemento que cuidou da facilitação das negociações ao redor da venda da Varig é o assessor de Lula, o advogado Roberto Teixeira. Segundo Denise, foi Teixeira quem pressionou Denise para que desconsiderasse a exigência constitucional de maioria brasileira no consórcio que compraria a empresa. O fundo Matlin Patterson se juntou a três laranjas brasileiros para realizar a transação. Comprou então a Varig por US\$ 24 milhões e depois a vendeu à Gol por US\$ 320 milhões. Cada um dos laranjas ficou com US\$ 428 mil dólares pela “participação”. A Comissão de Infraestrutura do Senado já pretende chamar os envolvidos para mais um teatro.

A nova denúncia da oposição já encontrou apoio no poder judiciário: o Ministério Público reabriu investigação sobre a venda da Varig, o que vai acirrar a crise política ao redor do episódio.

Crise política e crise econômica

Até agora, desde o primeiro mandato, Lula conseguiu se livrar das acusações da oposição burguesa, que derrubaram ministros (José Dirceu, Palocci, Gushiken etc.) e manter sua popularidade em alta. Denúncia após denúncia acabaram dissipadas nas CPIs, seja pela

maioria parlamentar que o governo possui, seja pelo acordo com a própria oposição burguesa. A economia em crescimento, o pagamento dos compromissos com o capital financeiro, a expansão dos programas assistencialistas e a estatização dos sindicatos e centrais sindicais e da UNE criaram as bases de um amplo apoio ao governo.

Há, no entanto, um elemento novo na crise política, que é o início da influência da crise econômica que se avizinha, e da qual o governo não poderá escapar. Trata-se dos reflexos da crise econômica internacional, que se expressa na alta do petróleo e alimentos, baixa do dólar, quebra de bancos e multinacionais, estrangulamento do comércio exterior etc.

A crise econômica colocará novas contradições e conflitos de interesses entre as frações capitalistas, que tendem a acirrar seus choques e a aumentar a pressão sobre o governo para que lhes socorra, em detrimento de políticas assistenciais etc. Os choques entre as frações burguesas acirrarão a crise política.

As conseqüências da crise econômica serão despejadas pela burguesia e seus governos sobre as massas. A elevação dos preços dos alimentos é um primeiro sintoma. Para bancar os lucros artificiais dos especuladores nas bolsas, os preços vão às alturas. Quem paga são os assalariados, que não têm seus salários aumentados no mesmo ritmo dos preços. A crise econômica também tende a fechar postos de trabalho, agravando o problema do desemprego, que foi atenuado no governo Lula. A falta de emprego e o arrocho salarial podem colocar em marcha a classe operária, que hoje está contida pelas direções estatizadas.

Todo o cenário político tende a se alterar. Cabe ao partido revolucionário acompanhar de perto essas mudanças e ajudar os explorados a enfrentarem o acirramento das crises econômica e política, colocando-se com independência de classe diante dos choques interburgueses. O caminho para isso é a defesa das reivindicações mais sentidas que se opõem à ofensiva capitalista: salário mínimo vital reajustado automaticamente, escala móvel de horas de trabalho, terra aos sem-terra, expropriação do agronegócio e controle operário da produção, tribunais populares para julgar e punir a burguesia corrupta.

O PT/LULA sem sossego

O POR em seus últimos encontros (Congresso Nacional e Conferências Regionais) previu que o governo do PT/Lula do segundo mandato seria de crise, portanto um governo fraco diante das disputas interburguesas. E que a governabilidade dependeria das condições econômicas favoráveis. A economia esteve a favor da governabilidade, no entanto ampliou-se o quadro da crise política. Essa caracterização vem se mostrando acertada e nunca foi tão visível como agora quando o quadro econômico começa a sofrer alterações em direção à crise.

Quais os governos pós ditadura militar tiveram um desempenho tão elogiado pelos mais variados setores burgueses e, mesmo assim, sofreram tanto ataque por parte do que o próprio PT chama de elite adversária, referindo-se ao PSDB e DEM?

Essa “elite adversária” até concorda que o PT garantiu a estabilidade financeira. E parcela da burguesia afirma que o Brasil vive um momento histórico, pois aliou várias dimensões de um amplo projeto de desenvolvimento integral e integrado. Segundo sua imprensa, o PT conseguiu controlar a inflação, alcançou bons índices de crescimento econômico, as obras do PAC reforçam a infra-estrutura, as políticas sociais têm êxito nacional de melhoria da qualidade de vida dos pobres e ainda mantêm o risco Brasil a zero (para o investidor estrangeiro), o que é avalizado pelos mais reconhecidos órgãos do

capital financeiro mundial.

Mas basta umas paginadas nos jornais diários para vermos que o PT, mesmo ostentando tão elogiada política econômica, sofre pesadas acusações de todos os lados. O PT perdeu membros fundadores históricos que eram pilares das ditas posições de esquerda desse governo, em troca trouxe para seu ninho governamental adversários também históricos. A exemplo de Mangabeira Unger que ontem dizia que o governo PT/Lula é o governo mais corrupto, hoje é o ministro das Estratégias. Mesmo com esse tipo de iniciativa o PT/Lula não consegue esconder o lamaçal onde se enfiou.

Os ataques são freqüentes. Formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa/ passiva, compra de votos, peculato, nepotismo, favorecimento a familiares e amigos etc. Agora mesmo, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, se encontra apossada pelas denúncias de favorecimento ao capital estrangeiro na aquisição da Varig. O presidente do PT, Ricardo Berzoini, é acusado de desvio de dinheiro da Cooperativa Habitacional dos bancários, para financiar campanhas eleitorais. A ficha corrida do PT não difere da de tantos partidos e seus governos que o antecederam. Processos, acusações e as investigações da Polícia Federal nunca foram tão abundantes. Casos como filhos do presidente são contemplados com dinheiro dos cofres públicos, outros parentes

têm suas contas com moradia pagas com sobras do velho caixa 2; os dossiês contra seus antecessores montados no Planalto; uso de verbas do BNDES para favorecer ONGs de amigos. Esse rosário de falcatruas continua nas manchetes policiais.

Se antes víamos que os casos de corrupção contra governos só apareciam nos jornais na véspera das eleições, o governo PT/Lula sofre ataques e acusações de instituições submetidas ao próprio governo federal (com dirigentes indicados por Lula e seus aliados) a todo momento, desde a sua posse. O que mostra bem a fraqueza do governo Lula de centralizar as frações burguesas e disciplinar os partidos de oposição. O PT pretende se tornar um partido orgânico da burguesia, mas encontra como grande obstáculo os velhos partidos oligárquicos. Sob intensa pressão, os petistas fazem todo tipo de aliança. Não há dúvida que o PT assumiu todas as características oligárquicas dos partidos oficialistas. O problema está em que controla uma vasta burocracia sindical, que bloqueia a independência da classe operária e a submete ao governo burguês de Lula.

O combate ao governo antioperário de Lula passa pelo combate a seu braço sindical. Os trabalhadores foram e ainda estão iludidos. Mas há uma mudança em curso da economia que afeta o custo de vida. As reivindicações elementares são ponto de partida da luta independente dos explorados.

Disputas interburguesas e quadro eleitoral no Ceará

O quadro eleitoral vai se configurando no Ceará. Na disputa pela prefeitura de Fortaleza, PSDB e DEM, partidos tradicionais da burguesia pró-imperialista, sairão divididos. DEM com candidato próprio (Moroni Torgan) e o PSDB, que depois de frustradas as possibilidades de um candidato próprio, coligado ao PDT - indicará o vice de Patrícia Saboya -. Esta venceu as prévias do PDT derrotando Heitor Ferrer, que faz oposição ao governo Cid. O deputado pedetista promete não fazer campanha pela candidata aliada de Cid Gomes. O PSB do governador Cid, por outro lado, encontra-se dividido. O governador manteve a aliança com o PT e vai indicar o vice de Luizianne Lins, mas o irmão deste, o Deputado Federal Ciro Gomes, também PSB, apóia Patrícia e combate a administração Luizianne.

As disputas eleitorais motivam um acirramento das disputas interburguesas. Na Ca-

pital a oposição, PDT e PSDB (uma vez que o DEM é inexpressivo e a ala oposicionista do PMDB - Carlos Mesquita - é disciplinada por Eunício Oliveira, presidente estadual e aliado do PT) tem aumentado as críticas à gestão petista, com a ajuda da imprensa. São exemplos disso: a cobrança na justiça de informações e explicações sobre gastos com cartões corporativos da Prefeitura, o impedimento na Justiça de Luizianne utilizar o símbolo “Fortaleza Bela” e até a recente entrada na justiça contra a posse de Martônio Mont’Alverne, procurador do município e homem de confiança da prefeita, como prefeito interino, durante viagem de Luizianne aos EUA). As recentes trocas de farpas pessoais (a prefeita aconselhou à oposição tomar calmante e a oposição a aconselhou a tomar Gardenal) são ainda exemplos da acuidade das disputas interburguesas eleitoreiras.

O PT, à frente da prefeitura, tem conse-

guido aglutinar atrás da candidatura à reeleição de Luizianne o apoio do PMDB, PSB, PV, PC do B, PHS entre outros. De olho na reeleição, tem apostado em atividades festivas e assistencialistas. São exemplos: 1) o Show de Roberto Carlos (aniversário de Fortaleza), que custou R\$ 2 milhões aos cofres do município, enquanto a cidade sofria e sofre com a epidemia de dengue e alagamentos (em especial nas áreas de risco) em decorrência da chuva; 2) a redução da passagem aos domingos (de R\$1,60 para 1,00), possível apenas devido a isenção fiscal de mais de R\$ 25 milhões aos empresários de ônibus.

É preciso rechaçar e denunciar tais disputas das frações burguesas, e seu caráter eleitoreiro e defender a independência dos explorados frente aos exploradores, que só pode ocorrer por meio sua ação em defesa de suas próprias reivindicações através do método da ação direta.

Governo prepara ataque aos trabalhadores

Segundo o Ministério do Trabalho, os desempregados estão dando muito gasto aos cofres públicos com o seguro-desemprego. Estimava-se gastar R\$ 13,8 bilhões, com o aumento dos pedidos do auxílio, a conta vai para R\$ 15 bilhões. Sendo assim, o governo teria de tomar medidas de contenção dos gastos com o seguro-desemprego.

O ministro Marinho – ex-presidente do sindicato metalúrgico e da CUT – estuda várias possibilidades. Entre elas, “restringir o acesso ao pedido de concessão ao benefício”. Uma das hipóteses de restrição: passar de 6 meses a 1 ano “o prazo de trabalho obrigatório, com registro em carteira exigido para a solicitação do benefício”.

Com medidas desse tipo, o ministro petista espera conter os pedidos de seguro-desemprego, que, segundo os cálculos do Ministério, chegariam a R\$ 22 bilhões em 2011. O plano de ataque aos trabalhadores, pelo visto, está bem costurado. Passará pelo Conselho de Governo, do qual participam as centrais, e depois irá para o Congresso. Certamente, por meio de um projeto de lei complementar, Marinho espera negociar com os burocratas e capitalistas uma medida antioperária.

Por que aumenta a procura do seguro-desemprego?

O governo diz que a economia está bem. Vem crescendo nos últimos anos. A taxa de desemprego foi contida. Cresceu o emprego formal, com carteira assinada. Como se explica, então, que os assalariados estão precisando se socorrer do miserável auxílio-desemprego?

Combinam dois fatores: 1. o desemprego continua alto; 2. os capitalistas abusam da rotatividade da mão de obra. Os números mostram essa conjunção: 1. “No ano passado, estimava-se que o programa atenderia 5,9 milhões de trabalhadores, mas o número saltou para 6,4 milhões. A quantidade de beneficiários deste ano, que era de 6,1 milhões, já foi elevada para 6,6 milhões”. 2. “Sem-

pre segundo o ministério, houve em 2007 14,3 milhões de novas contratações e 12,7 milhões de desligamentos para montante médio de 28,4 milhões de trabalhadores formais no ano – o que resulta em rotatividade de 44,8%”. (Folha de São Paulo).

Está aí o segredo que explica o aumento de pedido do auxílio desemprego. Uma rotatividade de 44,8% da força de trabalho constitui o fenômeno econômico e social do capitalismo da época da “flexibilização do trabalho”.

Os capitalistas demitem livremente quase 50% dos trabalhadores da ativa para rebaixar salários e os demitidos são responsabilizados por requererem a merreca do salário desemprego. Vem o ex-metalúrgico e ministro capitalista reclamar dos gastos irrisórios com a “seguridade social”, se comparada com a alta acumulação de capital e com a ganância da burguesia, quando o problema está na violenta rotatividade e na persistente alta taxa de desemprego.

De um lado, o ministro da burguesia e seus comparsas da burocracia sindical fecham os olhos para demissões massivas e recontrações em piores condições salariais; de outro, preparam mudanças que dificultam o acesso ao seguro desemprego. Ora, a ampliação de 6 meses para 12 meses de trabalho obrigatório para ter o direito de requerer o auxílio significa dizer que são os trabalhadores que fazem por conta própria a rotatividade.

O governo de Lula é serviçal da burguesia em toda linha. Desgraçadamente, as massas depositaram ilusões no caudilho vendido ao grande capital, que tem à frente as multinacionais. A burocracia sindical (CUT, Força Sindical etc) se vale dessas ilusões para manter a classe operária encabrestada à política de colaboração. Mas as condições favoráveis às migalhas e aos engodos políticos tendem a se esgotar.

O Ministério do Trabalho está indicando que o futuro dos empregos é incerto e que é preciso preparar o ataque

desde já.

Defesa proletária – Escala Móvel das Horas de Trabalho

Milhões continuam desempregados e milhões vivem no inferno da rotatividade. A despeito da propaganda lulista de que acabaria com o desemprego e da reposição de parte dos postos de trabalho destruídos no passado recente, o fato é que o capitalismo mantém multidões de pais de família e jovens sem emprego.

Somente os 6,6 milhões que usam a esmola do seguro-desemprego são suficientes para o que acabamos de afirmar. Mas a situação de outros milhões de desempregados e subempregados crônicos retrata a verdadeira realidade da classe operária, dos camponeses que se proletarizam e da classe média arruinada. Particularmente esta tem condições de estudo, qualificações etc., mas amarga também com desemprego.

A economia mundial indica uma reversão em suas taxas de crescimento. O quadro da crise econômica estrutural volta a se manifestar com quebradeiras nos Estados Unidos, inflação mundial crescente, elevação dos preços dos alimentos, alta histórica do petróleo, recrudescimento da guerra comercial etc. O desemprego, sem dúvida, ganhará novas proporções e o rebaixamento geral dos salários virá como necessidade de proteção da lucratividade capitalista.

Mas o proletariado tem seu programa próprio de resposta à crise e às medidas antipopulares da burguesia. Parte do princípio de defesa de conjunto dos assalariados, dos pobres e oprimidos. Emprego a todos! Nenhum desempregado! Escala móvel das horas de trabalho, que divide as horas nacionais aplicada à produção pelo número de trabalhadores aptos ao trabalho.

Assim a força de trabalho como um todo estará protegida. Fora as medidas de Marinho. Fim da rotatividade! Estabilidade no trabalho! Que os capitalistas paguem por sua própria crise. Frente à inflação e a alta do custo de vida, escala móvel dos salários.

Burocracia da Apeoesp foi derrotada na capital e na Grande São Paulo

No dia 5 de junho foram realizadas eleições para a diretoria da Apeoesp e para o Conselho de Representantes. Votaram 65.990 professores, sendo 11.787 na capital, 13.697 na Grande São Paulo e 40.506 no interior. A chapa 1, da burocracia, obteve 33,39% do votos na capital, 33,95% na Grande São Paulo e 66,49% no interior. A chapa 2, Oposição Unificada, conseguiu 55,54% na capital, 49,92% na Grande São Paulo e 24,27% no interior. As chapas 3 e 4 tiveram respectivamente 3,64% e 3,10%. Se somados os votos opositores, temos 41,92%. Isso quer dizer que a Oposição chegou perto da metade dos votos. Caso houvesse unificação geral, aumentaria a proporcionalidade na composição da diretoria. Esse dado mostra a gravidade da divisão das forças opositoras. O número de votos nulos e brancos foi insignificante. Número que representou a polarização entre a chapa 1 e a chapa 2.

A chapa 1 era formada pelo PT e PCdoB, com o apoio da corrente O Trabalho. A chapa 2 foi o resultado de uma frente de correntes de oposição à burocracia, tendo à frente o PSTU. O POR chamou o voto crítico na chapa 2. Não fez parte da mesma por criticar o método de constituição da chapa, que não respeitou o princípio da proporcionalidade entre os participantes da Convenção.

Chapa da burocracia gastou milhões de Reais para garantir a vitória

A chapa 1 fez uma campanha riquíssima. Os materiais eram quase que diários e os mais de 150 mil associados os recebiam em suas casas. Traçou uma ofensiva sobre os aposentados, que constituem cerca de 60 mil, emitindo telegramas e telefonemas para suas residências, sem dizer dos encontros, viagens e outros artifícios. Sendo que a Oposição não tem nenhum acesso aos aposentados. Pagou mesários e fiscais por todo o estado, que serviam de boca de urna para a burocracia. Fez da Apeoesp uma máquina para acerrar os filiados, despejando calúnias sobre a chapa 2. Usou o expediente, que é próprio da polícia, para incriminar o presidente da chapa 2, publicando uma foto de 8 anos atrás de um conflito entre PSTU e PCO. Isso com o propósito de ganhar uma parcela de professores despolitizada da capital, que é iludida pelo pacifismo e a “cidadania”, instilados pelos petistas.

Mas tudo isso não é novidade. Há muito a vitória da burocracia depende do aparelho sindical, do dinheiro e das mentiras. Não pode se valer das conquistas do magistério, porque nesse campo só trouxe derrotas. Contribuiu enormemente para a vitória da tríade, Articulação, Art-Nova e PCdoB, o desmonte da resistência dos professores aos ataques do governo. Desde o ano de 2000 não há um levante da classe. O estopim provocado pelo PLC-26, demissão dos Ofas, forçou o governo recuar temporariamente e a burocracia tratou de desmontar a mobilização rapidamente. Sem luta, a tendência da

maioria do professorado é se colocar no campo do conservadorismo e se tornar mais susceptível às pressões da política burguesa, principalmente nos grotões do interior. Essas condições ajudam a manutenção de direções pró-governamentais, como essa que apóia abertamente o governo Lula. E que estatiza o sindicato para que este sirva de correia de transmissão das diretrizes burguesas para a educação.

Significado da vitória opositora na capital e na Grande São Paulo

A burocracia há alguns anos tem dificuldade de vencer nas grandes cidades, em particular, na capital. A presença das correntes de oposição nas regionais, nas reuniões de representantes de escolas e nas assembleias travando as discussões em torno das reivindicações e criticando a política da direção da Apeoesp foi e é determinante para que haja o deslocamento dessa parcela do professorado para as posições contrárias à burocracia. Fato que não se repete nas cidades do interior, inteiramente sob o controle da camarilha dirigente. A oposição não tem inserção no interior e nos aposentados.

Os problemas vividos nas escolas dos grandes centros urbanos, onde falta tudo e a violência marginal impera, leva o professorado para posições de rejeição à burocracia (que é conciliadora e imobilista) e de resistência às medidas antieducacionais dos governos. Só não é mais conseqüente pela ausência de um trabalho firme e sistemático junto às escolas por meio das correntes opositoras, que geralmente comparecem unificadas às vésperas das eleições sindicais. Aproveitar essa confiança que os professores depositaram na chapa 2 é fundamental para corrigir os erros e traçar uma política de combate real à burocracia da Apeoesp e de independência do sindicato em relação aos governos e ao Estado.

Reparar os erros para potencializar a Oposição

Quase metade do professorado (41,92%) não aceita o controle da Apeoesp pela burocracia. Na eleição, a Oposição Unificada comparece unida, mas no dia seguinte se dissolve. O PSTU e os setores da Oposição Alternativa constituem a maioria da Chapa 2. Foi assim nas eleições passadas; e também agora. Assim que assumem os cargos na diretoria, pela proporcionalidade, abandonam o objetivo de ampliar a inserção na classe. Não há plenárias unificadas para discutir o movimento e organizar a penetração no interior. Não há uma política de denúncia constante da burocracia e do uso do aparelho sindical.

Como ala minoritária na direção de um sindicato, aumenta a responsabilidade de criticar os abusos, o autoritarismo e a submissão da ala majoritária aos governos. O silêncio favorece a burocracia, que nas vésperas das eleições despeja calúnias de toda sorte sobre os setores minoritários da diretoria. Estava correta a posição da FOS que, no início da gestão, denunciou as falcatruas da

cúpula dirigente, mas não deu continuidade. É preciso um bom balanço da experiência passada, que exige crítica e autocrítica. A experiência demonstrou os perigos de adaptação da fração opositora ao aparelho sindical.

Outro fato questionado pelos professores opositores é o de que o PSTU e outras correntes da Oposição Alternativa não se diferenciaram nas assembleias das posições da camarilha dirigente. Não adianta radicalizar no discurso e na prática usar os mesmos métodos. Esse problema tem de ser corrigido para que a Oposição Unificada seja realmente expressão da camada mais consciente do professorado. Para isso, não se pode estar unificado apenas em épocas eleitorais. Há que se manter o funcionamento da Oposição por meio de plenárias que decidam sobre as bandeiras e tarefas de luta.

Rejeitar todos os traços de burocracia, ainda presentes no interior da Oposição Unificada, e apoiar-se na luta pela derrubada da burocracia traidora e na conquista da Apeoesp como sindicato independente da política burguesa devem se constituir na tarefa primordial para potencializar essa frente opositora.

O POR apoiou criticamente a Oposição Unificada

O POR/Corrente Proletária participou da Convenção que aprovou o programa e criticou a política do PSTU e de outros setores da Oposição Alternativa que constituíram a chapa por meio de um acordo, anulando a democracia da Convenção. Denunciou o método como sendo oposto ao da democracia operária, onde as decisões são tomadas coletivamente. Os professores presentes à Convenção é que devem dizer quem deve compor a Chapa e não os acordos entre direções de correntes. O plenário da Convenção é o instrumento que assegura a democracia e elimina os traços burocráticos. É inaceitável que se separe a discussão e aprovação do programa da discussão e aprovação da chapa, que terá de encarnar esse programa. O PSTU e demais forças impuseram essa separação, o que demonstra desprezo pelo próprio programa, que não passa de formalidade para manter as correntes unidas.

O POR atuou pela vitória da chapa 2 e das candidaturas da Oposição Unificada para o CR, sem se dissolver no eleitoralismo próprio de correntes centristas. A unidade opositora se mostrou necessária por duas razões fundamentais: 1) vontade de quase metade do professorado de se desfazer da burocracia vendida; 2) urgência em derrotar a burocracia que bloqueia a evolução política e organizativa dos trabalhadores da educação. Estar com a Oposição Unificada não significa apoiar a política do PSTU e seus aliados. Trata-se de uma luta política para derrotar a burocracia, ajudar os trabalhadores a fazer experiência com o centrismo opositor e conquistar posições programáticas revolucionárias. No interior da Oposição há também uma luta política. A unidade não é uma relação passiva. A tática frentista nas eleições se impõe por essas condições.

Por que não houve o V Congresso da USP?

Fracassou a realização do V Congresso da USP, envolvendo estudantes, professores e funcionários. Os funcionários decidiram não participar, porque a reitoria negou a liberação de todos, quando na prática liberou professores e estudantes ao colocar a semana do Congresso no calendário oficial, portanto sem aulas. Os estudantes também decidiram não participar, porque o congresso de que se tratou foi dos três setores e não apenas de estudantes e professores. Os professores estavam dispostos a aceitar a exclusão dos funcionários, para isso criaram instantaneamente um I Encontro de Estudantes e Professores, que também instantaneamente fracassou, pois os estudantes não topavam aceitar a exclusão de funcionários.

Diante do impasse, os estudantes mais uma vez se mobilizaram: aprovaram um piquete na reitoria, para exigir a liberação dos funcionários. Ao mesmo tempo, aprovaram manter um calendário de discussão do Congresso, que se inviabilizou.

No último dia da semana do Congresso que não houve, realizou-se uma plenária conjunta dos três setores, que deveria encaminhar o que se faria. Mas nem mesmo a um conjunto de propostas consensuais foi possível chegar. Então, se decidiu levar os temas debatidos de volta às bases.

Qual o maior problema para a realização do Congresso?

Um Congresso de luta é incompatível com a conciliação com a reitoria e burocracia universitárias. Um Congresso que para se realizar depende da reitoria marcar data, liberar estudantes e professores das aulas e isentar do ponto os funcionários é um Congresso sob os auspícios da reitoria, é de conciliação. O caráter do Congresso foi dado pela submissão à burocracia universitária.

Um Congresso que nasceu da conciliação

O V Congresso da USP foi concebido a partir do acordo que pôs fim à ocupação da reitoria em 2007, contra os decretos interencionistas do governo Serra. Para pôr fim à ocupação, negociou-se com a reitoria um acordo que tinha como pontos: nenhuma punição aos ocupantes (imediatamente despedido pelo reitor, que iniciou uma sindicância contra estudantes e funcionários); manutenção da proposta de 03/05/08, que incluía aumento de vagas de moradia; insta-

lação de um Congresso da USP no calendário oficial com pauta única: estatuinte (reforma dos estatutos).

A bandeira de estatuinte foi implantada de fora para dentro na ocupação. Algumas correntes políticas a desfraldaram como reivindicação, e ela acabou servindo para negociar o fim do movimento.

Por isso, o V Congresso nasceu desse acordo conciliador, e não da própria luta, que expressa o choque de interesses entre a reitoria e os estudantes. A reitoria é parte que convoca o V Congresso, não está sob a pressão do movimento.

Um V Congresso de estudantes, professores e funcionários só poderia se realizar com um papel progressivo se fosse gerado de dentro da luta e em contradição com os interesses da reitoria e governo. A mobilização estudantil imporia o V Congresso aos burocratas, e faria dele um instrumento para fortalecer uma real unidade com as parcelas de professores e funcionários disposta a lutar. Teria de se assentar num amplo debate nas bases, numa mobilização para a escolha dos delegados a partir de suas posições políticas, num debate acirrado e votação de maioria e minoria, garantindo a esta a mais livre expressão e manifestação. Somente assim suas resoluções poderiam ser encaminhadas por todos, sem nenhuma imposição de um setor pelo outro.

Mas o que vimos foi exatamente o contrário. Um V Congresso marcado pela reitoria, com o calendário imposto por isso. Um V Congresso decidido pela cúpula dirigente do sindicato dos professores (Adusp), que impôs a paridade com estudantes e funcionários, excluiu do debate a conjuntura política e econômica, rechaçou a elaboração de um plano de lutas e procurou circunscrever o V Congresso ao debate palpíteiro de propostas a serem levadas à burocracia universitária para a negociação ao redor da reforma estatutária. Um V Congresso que não seria soberano, pois todas as resoluções teriam de se subordinar às assembleias de cada setor, permitindo o veto dos professores a qualquer proposta unitária. Um V Congresso submetido à ingerência da reitoria, que decidiu pela exclusão dos funcionários.

Desse V Congresso não poderia sair nada de positivo ao movimento.

A ilusão da vanguarda

O V Congresso não passou pelo debate

das salas de aula. Não mobilizou os estudantes, professores ou funcionários. O que se viu foi uma vanguarda empenhada em sua realização. Entre os estudantes, essa vanguarda iludida com o V Congresso era formada pela direção do DCE, pela militância das correntes (PSol, PSTU e outras) e independentes. Na fase de preparação do Congresso, organizaram uma assembleia com cerca de 250 estudantes, que discutiu o que se levaria aos demais setores como propostas dos estudantes. Nas assembleias, ficou claro que as correntes majoritárias (PSol e PSTU) estavam dispostas a tudo para ter um Congresso com o apoio da Adusp. Várias propostas foram defendidas explicitamente com o objetivo de preservar a Adusp na preparação do Congresso. Ou seja, os estudantes decidiram em sua assembleia pela submissão política ao sindicato dos professores. Coisa semelhante chegou a ocorrer nas assembleias de funcionários, que aceitou a paridade contrariando decisão de seu congresso, que deliberou pelo voto universal e eleição proporcional de delegados.

Na fase de preparação, participamos das assembleias e defendemos nossas propostas: por um Congresso de luta, com maioria estudantil, avesso à reitoria e à burocracia universitárias e ao governo que as maneja. Denunciamos a estatuinte como uma bandeira de conciliação com a reitoria, e o caráter “resolutivo”, que anulava qualquer soberania do Congresso. Consideramos importante participar dos debates e defender a assembleia como organismo de decisão coletiva, e ajudar a militância estudantil a superar as ilusões criadas ao redor desse Congresso.

Criticamos as correntes que decidiram pelo boicote (MNN, a priori; LER e PCO, na preparação). A posição de boicote anulou a intervenção dessas correntes nos fatos que ocorreram durante a semana em que não houve o Congresso.

Uma chantagem e uma proposta aprovada de contrabando

Poucos dias antes de se realizar o Congresso, após meses de debates e reuniões, a direção sindical dos funcionários propôs e aprovou em assembleia que só participariam do Congresso se houvesse a liberação de todos os funcionários. De fato, a direção estava pelo boicote, mas não o defendeu explicitamente. Manobrou com a proposta de liberação total porque sabia que a reitoria a negaria. A prova disso é que não foi conseqüente com sua de-

liberação: se a reitoria nega a participação, os funcionários devem aceitá-lo passivamente? Ou devem se mobilizar para pressionar pela liberação? A ausência de proposta de luta contra o veto da reitoria explicitou a manobra: aprovar um boicote sem a consciência do que se está aprovando. A posição formal da diretoria do Sintusp foi a de que a condição para realizar o Congresso era a liberação. Ou seja, também teve como fundamento um Congresso autorizado e apoiado pela reitoria, portanto um Congresso de conciliação com a burocracia universitária. O pior é que foi justamente uma das correntes dirigentes do Sintusp (LER) quem sacou da cartola a proposta da Estatuinte durante a ocupação. Mais irresponsabilidade impossível.

A Adusp empenhada até o fim... na conciliação com a reitoria

A Adusp procurou de todas as formas viabilizar o V Congresso. Seu objetivo não declarado é o de ter em mãos um conjunto de resoluções a serem negociadas com a reitoria, respaldadas pela legitimação de um Congresso "democrático" de estudantes, professores e funcionários. Para alcançar esse objetivo, vale tudo: aceitar a exclusão de funcionários, tentar fazer um encontro às pressas só com estudantes, tirar um conjunto de resoluções "consensuais", que não inclua nenhum ataque à reitoria (tal como exigir o fim das sindicâncias e processos contra estudantes e funcionários) etc.

A direção da Adusp, ex-esquerda petista, contava com a ajuda da atual direção do DCE (PSol) para realizar um Congresso controlado, que não escapasse aos intentos de reforma estatutária.

A reitoria tinha em mente uma reforma estatutária. A reivindicação de um V Congresso não soberano, mas legitimador da negociação ao redor dela, veio bem a calhar. Por isso, a reitoria se empenhou ao máximo para que o Congresso ocorresse, oferecendo apoio político, logístico e de infra-estrutura. É totalmente falsa a afirmação da Adusp de que a reitoria queria inviabilizar o congresso com a exclusão de funcionários. A Adusp diz assim: "Neste momento era fundamental não conceder à administração da USP o poder de decidir se haveria ou não o V Congresso. Afinal, a quem interessaria que um evento de tal envergadura política deixasse de ser realizado?" Mas que cinismo! O poder sobre o Congresso foi concedido a partir do momento em que se condicionou sua realização à autorização da reitoria, com suspensão das

aulas e determinação do calendário. E só não se realizou porque as direções sindicais e do DCE não chegaram a um acordo com a reitoria sobre a liberação dos funcionários.

O piquete contra a ingerência da reitoria acata a ingerência da reitoria

A assembléia estudantil realizada na véspera da abertura do V Congresso decidiu pelo piquete na reitoria, a fim de exigir a liberação dos funcionários. O piquete aconteceu pela insistência da militância envolvida na preparação do Congresso. Afetou a reitoria, que ameaçou chamar a polícia. Após reunir o Conselho Universitário no Ipen, a reitoria intimou os estudantes a decidirem em 15 minutos se aceitavam ou não sua proposta: criação de uma comissão paritária para marcar uma nova data para o Congresso e não punição dos participantes do piquete. A assembléia do piquete viu o PSol e o PSTU enfileirados na defesa da proposta da reitoria, tanto nos 15 minutos de prazo quanto na suspensão do piquete. Até mesmo o terrorismo verbal em relação à polícia foi usado nas falas.

O movimento não poderia aceitar nunca sequer votar uma proposta de tempo para decidir feita pela reitoria. Qualquer estudante poderia propor esse limite ou até outro menor, mas não a reitoria, ela não é parte do movimento. A defesa feita pelo PSol e PSTU submeteu a organização da assembléia à imposição da reitoria, justamente o alvo da luta do piquete.

Quanto à nova comissão, só mostra como a reitoria tem interesse na realização de um congresso controlado. Não ceder diante da vanguarda que se radicalizou e fortalecer os setores favoráveis à conciliação, essa foi a estratégia da reitoria. Como não havia a massa estudantil a quem se pudesse recorrer, a decisão de submissão coube em grande medida às correntes que ali estavam. Sem falar da responsabilidade daquelas que nem estavam...

Destruir a burocracia universitária

A democracia universitária não é obra acadêmica de alguns professores e estudantes. Nem é criação administrativa de qualquer aparato.

A democracia universitária é a forma necessária decorrente da mobilização dos estudantes e das parcelas de professores e funcionários dispostos à luta. É quando o movimento estudantil encarna os métodos de luta da classe operária que se criam as condições para a instalação da democracia universitária.

A democracia universitária é necessária para garantir a real unidade na luta, com resoluções tomadas a partir da livre discussão e deliberação coletivas, com total liberdade de expressão e manifestação das diversas correntes de pensamento participantes do movimento.

A mobilização dos que estudam e trabalham se choca contra a burocracia autoritária, mandante na universidade de classe, burguesa. Essa burocracia expressa os interesses da minoria exploradora na sociedade de classes, por isso não pode nem nunca vai poder ser democrática.

A democracia na universidade pressupõe a destruição total dos organismos da burocracia universitária e a construção de um poder tripartite de estudantes, professores e funcionários, subordinado à assembléia geral universitária, portanto à maioria estudantil. Essa política depende da unidade com os explorados, que estão fora da universidade e combatem os governos burgueses mandatários das universidades. A unidade de estudantes com trabalhadores é a unidade do movimento estudantil com o da classe operária revolucionária.

Dentro da universidade, é apenas uma parcela de professores e funcionários que se juntam à luta dos estudantes. A maioria dos professores está submetida às relações de poder e dinheiro impostas pela burocracia universitária, ou até participa dela. Muitos funcionários também têm interesses ligados à carreira, submetidos pela burocracia e por professores-patrões. Uma parcela dos estudantes, que se tornam funcionários das fundações e departamentos da burocracia, também se corrompem.

A luta é o caminho para superar esses entraves no caminho da destruição da universidade de classe e construção de uma nova universidade, que só se concretizará com a revolução socialista. Até lá, cada movimento, cada luta deve caminhar com independência em relação à burocracia dirigente da universidade, e em contradição a ela. As tentativas de conciliar com a burocracia em troca de migalhas que o capitalismo em decomposição pode oferecer é o caminho da derrota e preservação da universidade elitista e excludente.

O ponto de partida de um Congresso democrático e soberano é sua total autonomia em relação à burocracia universitária. Isso depende da mais ampla mobilização estudantil, independente, por suas reivindicações e com os métodos da luta de classes.

A Corrente Proletária da Educação realizou sua plenária mensal, no final de maio. Nessa reunião, foi discutido o texto abaixo.

Encontro da Corrente Proletária na Educação

1. Novamente, vieram à tona os resultados das avaliações governamentais. Em São Paulo, os índices de aprendizagens são os mais baixos da história da educação. O ensino médio obteve, 1,41; o fundamental I, 3,23 e o fundamental II, 2,54, numa escala de 0 a 10 pontos. A grande imprensa e a Secretária da Educação, Maria Helena Guimarães, reforçaram a campanha de responsabilizar os professores e os alunos pelo brutal fracasso, embora tivessem citado os diretores e coordenadores (gestores) e pais como também responsáveis. O objetivo do governo é usar os dados do Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo) para o bônus. Diz que 50% do bônus terá como critério o desempenho da escola e outra parte terá como referência a assiduidade dos professores. Mas a Secretária foi mais longe. Diante da fraude ocorrida na última avaliação do Jornal São Paulo Faz a Escola, Maria Helena foi categórica: não irá cancelar, a prova não vale nota e o que vale será o Saesp do final do ano. Diz a mensageira de Serra: “quem perde é o professor, porque o desempenho dos alunos no Saesp tem impacto no novo bônus. Está aí a punição: o aluno não aprende e o professor não tem bônus. Isso comprova nossa posição de que a educação se desintegra e os governantes só podem ter como solução medidas punitivas àqueles diretamente envolvidos no processo de aprendizagem – professor e aluno.

2. Os índices baixos de ensino perfazem todo o país. Dentre os 129 países que estão sob as diretrizes determinadas pelo Banco Mundial, “Educação para Todos”, o Brasil ocupa o 76º lugar. Segundo os dados, houve a quase universalização do acesso às séries iniciais, 97% das crianças de 7 anos se encontram nas escolas, mas permanece reduzida a matrícula no ensino médio. Dos que concluem a 8ª série, somente 47% , na faixa de 15 a 17 anos, estão matriculados no ensino médio. Sem nenhum mecanismo de seleção (vestibular), mais da metade

da juventude brasileira (em torno de 50 milhões) não tem acesso a esse nível de ensino. Se particularizar regiões como a do Norte/Nordeste, a situação se torna mais grave. A educação infantil é ultra restrita. Pesquisas governamentais dizem que se as crianças freqüentarem a creche e a pré-escola terão uma evolução escolar superior àqueles que não freqüentaram. Estima-se uma evolução média de um ano de escolaridade. Os acadêmicos revelam que “o desenvolvimento cognitivo, emocional, psicológico e social da criança entre 0 e 5 anos é crucial para a aprendizagem futura”. Mas a realidade é que somente 6,5 milhões de crianças têm acesso ao ensino infantil e só 15% de 0 a 3 anos estão nas creches. Em São Paulo, há uma lista de espera de 120 mil crianças, número subestimado porque parte das mães sequer deixam os nomes na fila de espera. Como se vê, não há vagas para todos em nenhum dos níveis de ensino.

3. O que cresce no país é o ensino a distância. O governo avalia que essa modalidade se tornou um “grande sucesso”. Na última década, foi adotado pelas universidades públicas e tem cerca de 830 mil alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu. No ano de 2000, havia 10 cursos a distância e, hoje, são 349. Na pós-graduação, há 255 cursos e cerca de 390 mil estudantes. Os cursos de graduação vieram para formar os professores da educação básica, acobertado pela demagogia de alcançar os professores das regiões de difícil acesso aos centros urbanos. Diante dos resultados negativos do ensino presencial, o governo divulgou que os alunos do ensino a distância tiveram rendimentos melhores. Quer fazer crer que essa modalidade de educação por internet, que dispensa o professor por disciplina e a presença diária do aluno na escola, é uma forma eficiente de aprendizagem. O fato é que o ensino à distância é a demonstração da incapacidade dos governos e da classe dominante de dar acesso e garantir a permanência de todos à educação.

Além de não dar acesso, em nome do acesso, destrói o ensino presencial. Ataca o trabalho docente e imbeciliza o aluno no individualismo. O capitalismo decadente já não tem interesse em garantir a presença coletiva na escola. Ataca assim a mais importante conquista social da época do capitalismo ascendente, que é o de possibilitar o acesso das massas às escolas públicas e coletivizar a educação. Com o ensino a distância, sobrepõe-se os interesses financeiros ao ensino presencial, atomizando os estudantes e tornando-os apêndices da máquina.

4. A avaliação de desempenho, anunciada por Serra, que consistirá em “premiar” com 3 salários a mais (14º, 15º e 16º salários) os professores, funcionários, coordenadores e direção das escolas, já constava no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de Lula. O PDE, entretanto, vai além, pois inclui duas avaliações de desempenho: da escola e do professor. Primeiro, para conceder verbas “suplementares” às escolas, mas terão de atingir metas estabelecidas a partir do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Segundo, há a avaliação de desempenho do professor. Isso está explícito em duas das vinte e oito diretrizes do **Plano de Metas do Compromisso Todos pela Educação** (Decreto nº 6.094, de 24/04/07) “(...) XIII – implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, **privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho**; XIV – **valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional** (...)”.

5. O fato é que o PDE aumenta a centralização burocrática e autoritária do Estado sobre a educação. Isso se expressa no cumprimento das metas (melhoria do IDEB) que, por sua vez, visa a assegurar a materialização das 28 diretrizes. Antes de mais nada, as escolas são obrigadas a aderir

“voluntariamente” ao Compromisso, sem isso não há diretrizes, metas e... VERBAS EXTRAS. Para tanto, o PDE também trabalha com a concepção de “gestão escolar” (gestão empresarial) e “capacitará” os diretores para assumirem a função de gestor. Finalmente, estabelece um mecanismo que, mascarado pelo falso objetivo de “mobilização da sociedade”, joga a comunidade escolar contra os professores, permitindo, inclusive, que eles fiquem sob o controle dos empresários. Trata-se do Comitê Nacional do Compromisso Todos pela Educação e dos Comitês Locais. Os governadores seguem essa imposição geral. Os termos de adesão ao PDE foram assinados recentemente por Serra.

6. A Centralização burocrática e autoritária não é acompanhada de investimentos à educação. De 1995 a 2005, os recursos do governo federal para a educação passaram de R\$ 15,2 bilhões para R\$ 16,2 bilhões, porém, caíram em relação ao PIB. Em 2007, com um PIB na ordem de 5%, os gastos com educação ficaram entre 3% a 4%. Essa diferença (menor investimento percentual) aumentou no governo Lula. Soma-se a isso o fato de a Desvinculação de Receita da União (DRU), entre 2000 e 2007, ter retirado R\$ 45,8 bilhões da educação para compor o superávit primário.

7. O PDE favorece os empresários, ou seja, aumenta a mercantilização do ensino. Os capitalistas usam a educação como mais uma forma de lucro, ao venderem produtos e serviços ao Estado, ao obterem isenção fiscal nas parcerias etc. Esse favorecimento está explícito no Plano de Metas do Compromisso: (...) XXVII – *firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas* (...) Art. 7º - *Podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica* (...).“

8. O PDE impõe a Reforma do Ensino Médio instituindo o ensino profissionalizante que pode ser ofertado pelas escolas públicas, na modalidade de ensino à distância (incentivada por outro programa: Escola Técnica Aberta do Brasil). Para tanto, as escolas terão de ser adaptadas (estrutura física e alteração curricular), tal como ocorreu em São Paulo este ano, gerando o desemprego de milhares de OFA's e levando os efetivos a trabalharem em diversas escolas. Quanto à formação dos professores, o PDE oferece apenas licenciatura nos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IFETs) em algumas disciplinas e formação continuada e em serviço através de ensino à distância (Programas E-Tec Brasil e Universidade Aberta do Brasil). Portanto, trata-se da expansão do ensino à distância.

9. O violento ataque governamental não vem sendo respondido pelos milhares que estão diretamente envolvidos e ameaçados nas condições de existência e de aprendizagem. Há um silêncio que, por vezes, é interrompido por greves e manifestações isoladas, como essa que ocorre no Pará. Há que analisar as particularidades dos setores que compõem a educação e a classe social a quem pertencem. Os professores fazem parte da classe média, embora empobrecida, e reproduzem as aspirações pequeno-burguesas, conseqüentemente, seus preconceitos para a educação (individualismo, concorrência, seleção etc). Só em momentos de grande ascenso esse setor expressa a política e o método de outra classe, que é a do proletariado. Para isso é fundamental a presença da direção revolucionária. Mas não é o que ocorre nos sindicatos, entidades estudantis e CUT. As direções foram cooptadas pelos governos e constituíram obstáculos para a evolução do magistério e dos estudantes para a luta de classe. Uma direção revolucionária é fundamental para o amadurecimento político e para o avanço da consciência de classe. Caso contrário, o retrocesso político e organizativo se impõe, mesmo que as condições objetivas sejam as mais favoráveis possíveis. É o que se passa. O

governo amplia ofensiva repressiva e mutiladora da educação pública e não há uma reação coletiva e organizada.

10. Está claro que a pequena-burguesia não tem como apresentar um programa que se contraponha à decadência da escola de classe. A razão está em que sua vida material se encontra subordinada às relações de propriedade. Uma das tarefas fundamentais da educação é a de acabar com a educação privada. O direito burguês de propriedade da educação encontra, de forma geral, na pequena-burguesia sua defensora, embora esta não seja uma proprietária. Mas tem em sua formação profissional o sentido de uma propriedade individual. Está aí por que a pequena burguesia incorpora a mentalidade privatista e os valores inerentes à propriedade dos meios de produção. Não pode compreender, por si só, como classe, que a decadência da educação e, portanto, do seu próprio trabalho, se assenta na grande propriedade dos meios de produção. Não compreende que a burguesia não tem interesse e não pode dar acesso à escola à maioria; e grande parte daqueles que têm acesso padecem da exploração do trabalho ou do desemprego e não podem nada aprender. A classe operária, esta sim, tem como responder à falência do ensino, com o programa de transformação da propriedade capitalista em propriedade coletiva. O programa proletário contrapõe-se com reivindicações à decadência do ensino e leva à destruição da escola de classe. O problema está em que o proletariado se encontra sob a direção da burocracia sindical pró-capitalista. Não tem ainda seu partido revolucionário. Estando sob a dependência da política dos exploradores, não pode atuar sobre a pequena-burguesia empobrecida e atuar sobre sua situação de opressão, de forma a trazê-la para o movimento revolucionário (oposto à propriedade privada). O POR se encontra embrionariamente no seio da pequena-burguesia. Terá de se desenvolver no proletariado para ganhar posições programáticas de defesa da educação e de transformação da escola de classe em uma nova escola que expresse a propriedade coletiva dos meios de produção.

No último domingo de maio, foi realizado o Encontro Operário. Publicamos abaixo o texto discutido.

Campanha distracionista da CUT e Força Sindical

Conseqüências de uma política divisionista

1. O dia 28 de maio marca o fim da campanha da burocracia sindical pela redução da jornada para 40 horas e a ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT. Fará manifestações para coletar mais assinaturas no abaixo-assinado e entregará ao governo Lula e ao Congresso, no dia 29 de maio. Diz que fará pressão para que os deputados incluam na pauta, ainda nesse semestre, essa votação. Mostra-se indignada com a conduta dos empresários que fazem oposição à 158, quando a reivindicação não pressupõe a garantia da estabilidade aos trabalhadores. Argumenta que se trata de uma Convenção para “humanizar as relações de trabalho”. A 151, que propõe negociação coletiva no serviço público, segundo os burocratas, “flui melhor no Congresso”. O abaixo-assinado sobre a redução de 4 horas na jornada de trabalho é o meio hipócrita de convencer os trabalhadores de que governo e os deputados poderão legislar em favor do emprego. Portanto, as manifestações do dia 28 de maio têm a função de criar uma tribuna para alguns parlamentares fazer discursos em favor das Convenções e da lei que altera a jornada de trabalho. Nada tem a ver com a organização dos trabalhadores para arrancar por meio da luta a redução da jornada. Querem usar a manifestação para coletar mais assinaturas e iludir os explorados de que é possível conquistar o emprego por meio da redução da jornada, usando estritamente a pressão parlamentar. Os deputados e governo estão comprometidos com a política burguesa. Por mais limitada que seja a reivindicação (redução de 4 horas semanais na jornada) não virá do convencimento e das negociações no Congresso Nacional. Na arena da burguesia (Congresso Nacional), prevalecem os interesses da classe que detém os meios de produção.

2. O PSTU saiu atrás da CUT e enfatizou o dia 28 como sendo um “dia nacional de luta dos trabalhadores pela redução da jornada sem redução de salários e de direitos”. Carregou as tintas dizendo que haverá “protestos, manifestações e paralisações de norte a sul do país”. Agregou ao slogan da campanha a reivindicação de “fim do fator previdenciário”.

Endossou a bandeira da CUT de redução da jornada para 40 horas, com o mesmo argumento de que isso possibilitaria criar 2,2 milhões de empregos. Criticou pontualmente a campanha da CUT dizendo que não adianta reduzir a jornada se não vier junto com a bandeira da não redução de salário e de direitos. E que o abaixo-assinado “é pouco”, porque a CUT e a Força Sindical ignoram a redução de direitos e o banco de horas. Diz: “alertamos que temos de defender redução de jornada sem redução de salário ou de direitos”. Conclui que “temos de realizar grandes mobilizações e forçar o governo Lula, que até agora só legislou a favor das grandes empresas, a assinar uma lei que beneficie de fato os trabalhadores”. Na nota, não diz nenhuma palavra sobre o método da burocracia cutista e forcista de arregimentar assinaturas e entregá-las ao governo e ao Congresso. Acredita que as “manifestações do dia 28” servirão para “forçar Lula” a fazer uma lei em favor dos trabalhadores. As críticas corretas de que não se pode aceitar a redução da jornada com redução de salário e direitos acobertam a mesquinhez da reivindicação (4 horas a menos), o fato de não defender emprego a todos e a demagogia parlamentar. Está aí a falsificação. Ocorre que o PSTU/Conlutas querem pegar o bonde da burocracia cutista. Para não estar totalmente submetido, agregam outras reivindicações sem modificar a essência da campanha distracionista das burocracias.

3. O principal problema que os trabalhadores enfrentam é o controle dos sindicatos e das Centrais por uma burocracia pró-capitalista. A CUT e a Força Sindical estão organicamente atreladas ao governo Lula e controlam a quase totalidade dos sindicatos operários. A estatização dos sindicatos não é um fenômeno recente, mas ganhou força na medida em que o PT obteve projeção eleitoral. A CUT serviu de instrumento para o PT se potencializar e fazer com que o caudilho Lula ocupasse a Presidência da República. A confiança da burguesia no governo Lula dependia do controle sobre as organizações sindicais. A direção da CUT é uma trava à luta dos trabalhadores, porque impede a in-

dependência dos sindicatos/central frente ao Estado e aos partidos burgueses. A Força Sindical, recém incorporada fisicamente no governo, surgiu como aparato de defesa da ordem capitalista e segue a mesma trajetória. O seu principal dirigente, Paulinho, está metido até os ossos na corrupção. A conseqüência da política das burocracias é o retrocesso político da classe operária, que se mantém amordaçada e iludida com o governo Lula e com a conduta de suas direções. Comparece como brinquedo das campanhas da burocracia, como essa do abaixo assinado pela redução da jornada de trabalho. Modificar esse curso é uma tarefa dos revolucionários. A ausência do Partido Operário inserido na classe operária constitui um problema para a luta pela independência dos sindicatos e pela expulsão da burocracia dirigente.

4. Numa situação de profunda estatização dos sindicatos, os centristas abandonaram o combate à burocracia. O PSTU rompeu com a CUT e criou a Conlutas. Os ex-petistas, que formaram o PSol, seguiram o mesmo caminho e se aglutinaram na Intersindical, que reúne os que saíram da CUT e os que ainda permanecem. Portanto, os setores que compareciam como oposição no interior da CUT não mais incomodam a burocracia, que se sente livre para impor as medidas pró-capitalistas e fazer demagogia com a redução da jornada. O PCdoB abandonou os cargos na CUT e criou seu próprio aparato tão estatizado quanto o da CUT. O fato é que o rompimento com a CUT trouxe divisionismo e enfraqueceu a luta contra a direção. O PSTU tem dificuldades para pôr em pé uma Central e está obrigado a se acercar da Intersindical, conclamando a unidade em torno de uma Central. A Intersindical, por sua vez, congrega setores de burocratas que rejeitam se submeter ao PSTU. Os atritos ocorridos na Conferência Nacional da Intersindical em torno da fusão com a Conlutas espelham os interesses aparelhistas. A cisão da CUT não reflete um movimento de massa contra a burocracia traidora. O trabalho de constituição das frações revolucionárias, dotadas do

programa da classe operária, é o meio para tirar os sindicatos do controle da burocracia. A luta contra a burocracia começa pela defesa das reivindicações das massas que atacam a exploração do trabalho, a chaga do desemprego crônico e a miséria da maioria. Evidentemente, acompanhada do método da ação direta e do trabalho no seio dos explorados. A Conlutas não surgiu sequer com um programa distinto do manejo que faz a burocracia das reivindicações, como esta da redução da jornada. Isso explica por que a Conlutas se arrasta por detrás da CUT, procurando aperfeiçoar a reivindicação dos burocratas.

5. Não resta dúvida de que é necessário atuar sobre os acontecimentos protagonizados pela CUT. Não se pode simplesmente desconhecer as atividades do dia 28. A burocracia, ao colocar

o problema do desemprego, facilita o trabalho revolucionário de defesa das reivindicações que oponham os explorados aos exploradores. Nas condições de refluxo do movimento operário, situação que permite à burocracia fazer demagogia com abaixo-assinados e proselitismo eleitoral, torna-se necessário um bom trabalho de propaganda contra o desemprego, a destruição de conquistas e o enriquecimento dos capitalistas. Propaganda que deve vir acompanhada das reivindicações que defendam todos os trabalhadores do desemprego e da miséria. Não se pode abrir mão da reivindicação de escala móvel das horas de trabalho, que une empregado e desempregado, como faz a Conlutas/PSTU. Pelo contrário, é necessário explicar aos trabalhadores que a reivindicação de redução de 4 horas não defende o conjun-

to dos que sofrem o desemprego e não garante a permanência daqueles que estão empregados. A Conlutas divide a CUT e se mostra incapaz de atacar a farsa da burocracia. Assume a bandeira de redução sem mostrar que quantificação de 2,2 milhões de empregos é insignificante perante os milhões que continuarão desempregados e subempregados. A idéia que está por detrás dessa aceitação e omissão crítica à redução de 4 horas é a de que “antes pouco do que nada”. Trata-se de um pressuposto do reformismo, que não luta pela defesa geral dos explorados. Ao contrário, a defesa da escala móvel das horas de trabalho é condição para se lutar pelo programa que coloca o fim da grande propriedade privada os meios de produção e sua transformação em propriedade social (coletiva).

Fortaleza-CE

Contra o desemprego e a superexploração, escala móvel das horas de trabalho já! (divisão das horas trabalhadas por empregados e desempregados sem redução de salários)

Neste 28 de maio, as centrais sindicais: CUT/PT, CTB/PC do B, Força Sindical/PDT, Conlutas/PSTU, Intersindical/PSOL dentre outras têm organizado *Dia Nacional de Luta pela redução da jornada de trabalho* em várias cidades do país. Todavia, as bandeiras levantadas tanto pelas centrais governistas quanto as oposicionistas são inconseqüentes para combater o tanto o desemprego como a superexploração do trabalho, impostas pelos capitalistas.

A crise do sistema capitalista se aprofunda e as conseqüências para os trabalhadores são nefastas. A burguesia fecha postos de trabalhos, retira direitos trabalhistas, rebaixa salários, precariza as condições de trabalho e vida com o apoio dos governos de plantão. Os governos Lula/PT, Cid/PSDB/PT e Luzianne Lins/PT estão unidos para administrar a desintegração do capitalismo em favor da burguesia e descarregar o colapso desse regime sob os operários e oprimidos.

As direções governistas da CUT, CTB, Força Sindical etc. saem na defesa do banco de horas, (horas-extras)

e da redução da jornada de 44h para 40h semanais. Estas burocracias não querem se chocar com a burguesia/empresariado e, ao mesmo tempo, procuram negociar retirada de direitos em troca da redução da jornada. Com o banco de horas, os operários, em certo momento trabalharão além de seu expediente regular e aos finais de semanas, além de não serem remunerados pelas horas excedidas. Em São Paulo, os metalúrgicos da Volkswagen, que estão submetidos ao banco de horas, têm que pagar pelas despesas com deslocamento para o local de trabalho e almoço.

A Conlutas e a Intersindical se colocam pela redução da jornada de 44h para 36h semanais. O que em aparência é um avanço em relação a CUT/CTB/Força Sindical. Isto porque é uma posição muito limitada diante ofensiva dos capitalistas. Em que a proposta da Conlutas, de redução da jornada para 36 horas, se diferencia da proposta cutista e forcista? 4 horas a menos, ou seja, uma diferença meramente quantitativa e ainda assim insignificante frente à brutal pressão fí-

sica vivida pelos trabalhadores. As centrais colocam, como meio para se atingir a redução da jornada, a pressão e negociação parlamentar, que não é capaz de impor derrotas aos capitalistas.

O trabalhador consciente tem de perguntar: é possível combater, de fato, a superexploração e o desemprego, que gera miséria para os explorados e lucro de milhões para os patrões, com a redução da jornada para 40h ou 36h como querem as centrais?

A única forma de combater ao desemprego é a luta pela escala móvel das horas de trabalho. Trata-se de um mecanismo de distribuição de todas as horas de trabalho utilizadas nacionalmente entre todas as pessoas aptas ao trabalho (jovens e adultos), sem redução dos salários. Apenas esta bandeira permite unir empregados e desempregados na luta, por meio da ação direta das massas para defender a vida dos trabalhadores. Por isso o Partido Operário Revolucionário/POR comparece a esta jornada de lutas chamando os trabalhadores a defendê-la.

5% é miséria! organizar a luta, rumo à paralisação do funcionalismo estadual do Ceará!!!

Camaradas servidores: o que podemos observar desta suposta “Campanha Salarial de 2008” é que não existe uma luta séria e firme por parte das direções dos sindicatos filiados à CUT/PT (APEOC, SINDIUTE, MOVA-SE) e da CTB/PCdoB contra os baixos salários do funcionalismo. As audiências realizadas na Assembléia Legislativa têm caráter distracionista e alimentam as ilusões dos trabalhadores no parlamento burguês, que é a correia de transmissão para atender aos interesses do governo Cid/PSDB/PT. Além de não levar a nenhum lugar, só serve para os deputados do PT e do PC do B fazerem palanque para as suas demagogias eleitorais sob a desgraça dos servidores.

A nossa tese tem se confirmado: o FUASPEC (Fórum Unificado dos Servidores Públicos do Estado do Ceará) é governista e não mobiliza de forma consequente o funcionalismo para se contrapor à terceirização, sucateamento dos serviços públicos, o aumento de contra-

to temporário, rebaixamento salarial etc. O próprio fórum já surge propondo um índice rebaixado de 25% ao governo, sendo que nossas perdas ultrapassam 74% de defasagem salarial. Esse percentual, defendido pelos pelegos do fórum sindical, sequer representa as reais necessidades do funcionalismo.

Essa situação se dá porque as entidades que formam o FUASPEC/CUT e CTB ajudaram a eleger Cid Gomes, com isso não vão ser contrárias aos seus interesses. Não existe e nem existirá praticamente campanha salarial, pois não há interesse das entidades em chocar-se com a gestão cambéista, a qual apóiam e fazem parte, não podendo ser consequentes na defesa das reivindicações dos servidores públicos estaduais.

Para superar esta burocracia sindical governista, nós, servidores, devemos seguir o exemplo dos rodoviários de Fortaleza, que não aceitaram a miséria de 5% do SINDIÔNIBUS e a traição da direção do sindicato/SINTRO. Motoristas

e cobradores paralisaram suas atividades com bloqueio de todos os terminais de ônibus e vão entrar em greve nesta quinta-feira por tempo indeterminado, intensificando as manifestações por melhores condições de trabalho e de salário.

A crise dos alimentos é fruto da crise do sistema capitalista. O custo de vida e a exploração estão insuportáveis. Para derrotar a ofensiva dos governos é necessário um programa de luta revolucionário com a estratégia da revolução social (ditadura do proletariado).

Denúncia: Perguntamos à direção da APEOC (Penha, Anísio Melo e Cia) cadê a prestação de contas do ano passado em que foram arrecadados 360 mil reais mensais (mais de 4 milhões ao ano) em convênios e consignações? Nós, Corrente Proletária na Educação/POR, desafiamos a direção da APEOC a apresentar a prestação de contas, a dizer o número de filiados da entidade e o resultado das eleições que deu vitória a essa diretoria!

Fortaleza-CE: Manifesto distribuído nos terminais de ônibus na quinta-feira em que estava marcada a greve Para derrotar o Sindiônibus e o Sintro traidor é preciso: Greve Geral dos rodoviários por tempo indeterminado já!

O dia 06 de maio foi um dia histórico para a categoria dos trabalhadores do transporte coletivo pois marcou o início de uma mobilização exemplar contra o Sindiônibus, o Sintro e a Prefeitura de Fortaleza. A categoria não aceitou os míseros 5% oferecidos pelo Sindiônibus, em acordo com a direção traidora do Sintro. Os patrões sentiram a força da categoria quando esta decidiu paralisar as atividades, fechando os terminais e secando os pneus.

Agora, mais uma vez é chegada a hora de enfrentar os bandidos empresários e seus cúmplices: Prefeitura do PT e seus deputados, a imprensa, o comando da polícia, o Sintro traidor, a justiça. E essa luta tem de ser travada com firmeza por todos os companheiros trabalhadores que precisam antes de tudo manter a frota parada nas garagens, nos terminais e não aceitar a frota de greve imposta pela justiça dos ricos.

Mas para que a nossa greve consiga impor uma derrota aos patrões é preciso ganhar a população para a causa dos trabalhadores rodoviários. Nesse sentido é importante que a pauta de reivindicações seja acrescentada das bandeiras que são da simpatia da maioria do povo, que utiliza o sistema de transporte e também é vítima dos abutres (patrões) do transporte coletivo tanto quanto motoristas e cobradores. Por isso propomos que haja:

- Defesa do aumento e a renovação da frota!
- Passe livre para estudantes e desempregados!
- Diminuição dos preços das passagens, uma vez que o governo e a prefeitura concederam aos empresários do transporte mi-

lhões em isenção fiscal etc.

O Partido Operário Revolucionário, POR, vem apoiando ativamente a luta dos trabalhadores do transporte assim como a luta das outras categorias que estiveram em luta recentemente, como a construção civil e professores e, mais recentemente ainda, os servidores de Fortaleza, que estão tendo seus direitos ameaçados pela prefeita Luiziane Lins. Os trabalhadores estão rompendo o imobilismo das direções pelegas e isso deve servir de exemplo para os rodoviários de Fortaleza.

- Viva a luta dos motoristas e cobradores!
- Viva a Greve dos trabalhadores rodoviários!
- Todo apoio a Greve Geral da categoria! Nada de frota de greve! Paralisar toda a cidade!
- Pelo atendimento imediato de todas as reivindicações! Defesa de um Salário Mínimo Vital (suficiente para uma família de 4 pessoas) calculado pelas assembleias dos trabalhadores!
- Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários!
- Fim de todas as perseguições políticas e contra as demissões!
- Pela estatização do sistema de transporte sob controle dos trabalhadores!
- Pelo aumento da frota de ônibus e redução do preço das passagens!
- Fim dos micro-ônibus sem cobrador!
- Expulsar a burocracia do Sintro!

Nesta edição:

- África do Sul – Como explicar?
- Índia das castas
- Artigos da Bolívia

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



África do Sul – Como explicar?

No dia 11 de maio, em um bairro miserável (Alexandra), uma multidão matou dois estrangeiros também miseráveis e feriram quarenta. Nos dias seguintes, a revolta dos pobres, desempregados e subempregados sul-africanos contra imigrantes de várias partes da África se estendeu para o bairro de Cleveland e centro de Johannesburgo – mais doze mortos a pauladas, facadas, tiros e queimadas. Estimam-se 26 mortos e milhares de refugiados em delegacias, igrejas e prédios públicos.

A fúria dos famintos contra trabalhadores estrangeiros é justificada pela população à falta de emprego, à concorrência dos estrangeiros e à depreciação dos salários. Miserável matar miserável para sobreviver – eis mais uma face da barbárie capitalista. A ausência de organizações proletárias - principalmente do partido revolucionário – possibilita que a miserabilidade obscureça completamente a consciência das massas sobre quem são seus algozes, onde estão e como encontrá-los.

A burguesia assiste do alto o horror trágico da revolta popular contra trabalhadores imigrantes, que fogem de seus países à procura da sobrevivência. Os capitalistas se aproveitam de suas condições de imigrantes e do excesso de mão-de-obra desempregada para lhes pagar menos.

A revolta contra a burguesia que os mantém desempregados e que os mata de fome é o caminho da história. Ao contrário, a violência contra os imigrantes desvia o caminho da história. Mas há explicação não só econômicas como também históricas para os acontecimentos de 11 de maio.

De 1948 a 1994, vigorou a segregação racial do apartheid. A burguesia branca e minoritária impôs um regime odioso em que a maioria negra era discriminada em todos os sentidos. A resistência contra o apartheid acabou levando ao poder Nelson Mandela, por meio de uma reforma no regime político e do estabelecimento de eleições. Não houve uma revolução.

O governo do líder negro Mandela se pôs a serviço da burguesia branca, a mesma que o manteve preso por anos a fio, que continuou de fato com o poder, e estabeleceu uma política de formação da classe média negra. As massas proletárias e populares continuaram a suportar a exploração, a miséria e a continuidade do racismo, agora não mais legislado na forma da apartheid.

A crítica que se faz é que o governo pós-apartheid não foi capaz de superar a alta taxa de desemprego, construir moradias e organizar o abastecimento. Pura constatação óbvia. O que não se pode dizer é que, embora a África do Sul seja um dos países africanos em melhores condições econômicas (renda per capita de US\$ 5.390), “não solucionou os problemas básicos”, porque seu capitalismo atrasado e submetido à burguesia branca saqueadora não o permitem.

A taxa de desemprego oficial alcança 24,2% de uma população de 43,8 milhões, mas se estima que a taxa real chega a 40%. Não há dados precisos quanto ao número de imigrantes. Mas, segundo o Financial Time, a população imigrante está entre 1,5 a 4 milhões - são zimbabaunos, moçambicanos e malauianos, principalmente.

Porta-vozes do imperialismo também explicam os acontecimentos com o argumento de que o governo sul-africano

tem sido complacente com a entrada de imigrantes do Zimbábue, governado pelo ditador Robert Mugabe, sugerindo fechamento de fronteira. Medidas de contenção da migração respondem aos interesses da burguesia internacional. Para as massas famintas e desempregadas não há fronteiras. As fronteiras são econômicas e impostas pelos governos burgueses.

Os lamentos hipócritas sobre a violência entre irmãos de Nelson Mandela, que recebeu o prêmio burguês Nobel da Paz e do arcebispo anglicano Desmond Tutu, também contemplado pelo imperialismo com o mesmo prêmio, acobertam a barbárie capitalista da burguesia branca e negra (fração que se formou com o governo pós-apartheid), bem unida na exploração da maioria negra de trabalhadores.

Enquanto os miseráveis sul-africanos acharem que com o massacre de imigrantes irão conseguir empregos e proteger os salários, a burguesia e seu governo laica estarão livres para concentrar riquezas. Não há nada mais trágico na história.

A organização internacional da classe operária foi brutalmente destruída com o estalinismo, inclusive na África do Sul. A matança de trabalhadores pelos próprios trabalhadores nos dá a dimensão da crise de direção revolucionária mundial e do avanço da barbárie capitalista.

Com o Programa de Transição da IV Internacional, a classe operária poderá construir o partido da revolução proletária. As massas famintas da África do Sul terão de lutar contra a burguesia de seu país e se unir com as massas africanas para impor os Estados Unidos Socialistas da África, como parte da revolução mundial. Ou imporemos esse caminho, ou a barbárie avançará.

Índia das castas

Uma semana de protesto dos gujjares, na Índia, deixou 41 mortos. Os gujjares fazem parte da casta dos vaixás, que incluem comerciantes, agricultores, empresários. Acima dos gujjares estão as castas dos brâmanes (sacerdotes, professores, intelectuais) e os xátrias (guerreiros, governantes, administradores) e abaixo estão sudras (trabalhadores manuais) e os dalit (sem-castas, encarregados de trabalhos “impuros”).

Impressiona o fato do capitalismo na Índia conservar tais divisões que marcam seu passado histórico. Mas não são de fato as castas que constituem a sua estrutura social.

A Índia é um país capitalista atrasado, que expressa a lei do desenvolvimento desigual e combinado. Em sua economia coexistem formas arcaicas de produção com a mais avançada indústria, conhecida pela alta tecnologia em informática.

Burguesia e proletariado são as classes antagônicas e fundamentais, entre as quais estão os camponeses e a classe média urbana. As castas são heranças que o capitalismo semicolonial e atrasado conservou, formalmente foi abolida em 1947, com a independência. A miséria das massas constitui a principal marca do populoso país.

Os indianos pobres descobriram que nem sempre é bom fazer parte de uma classificação de casta acima. O governo depende recursos assistencialistas e tem um sistema de cotas para universidade e serviços direcionados aos dalit (sem-cas-



tas), os “intocáveis”.

Os gujjares exigem do governo uma nova reclassificação que lhes dê os mesmos direitos dos “intocáveis”. A multidão de gujjares que bloqueou vias, em Nova Déli, enfrentou a polícia e perdeu vidas são os pobres, que nada têm a ver com os vaixás industriais e comerciantes ricos. Boa parte é de jovens revoltados com o desemprego, com os poucos ganhos e com a impossibilidade de estudar.

Não se trata de levante de casta, mas de luta de classe. Por enquanto, o conflito se dá em torno da política assistencialista do governo, o que limita o movimento.

As massas operárias, camponesas e das camadas médias pobres urbanas terão de romper com toda herança das castas, colocarem-se no terreno da luta de classe, que tem por protagonistas irreconciliáveis a burguesia e o proletariado. A violência da burguesia contra o movimento dos gujjares dá a dimensão da profundidade da luta de classe na Índia.

À violência reacionária da classe dominante devemos responder com a violência revolucionária das massas.

Organizar Piquetes de Autodefesa para Esmagar os Bandos Organizados pela Direita e pelo Governo

A violência em uma sociedade classista onde os donos dos meios de produção exploram os despossuídos está na ordem do dia. Já a existência do Estado como instrumento compulsivo para defender os interesses materiais da classe dominante é a encarnação da violência.

Sem dúvida, não se deve cair no simplismo de pensar que toda violência que exercita a classe dominante contra os explorados já é fascismo ou que a violência que exercitam os explorados, não importa para servir a que fins, é revolucionária somente pelo fato de ser violência das massas. Frequentemente, amplas camadas de explorados, quando está ausente a política revolucionária do proletariado, são arrastadas por detrás de uma ou outra expressão da política burguesa e empurradas a exercitar violência contra outros setores da própria classe dominante ou contra setores de

explorados que lutam pela reivindicação de seus direitos. Neste caso, se trata de explorados que também realizam violência reacionária, por exemplo, quando o governo do MAS, sob pretexto de apoiar “o processo de mudança”, mobiliza os camponeses ou setores da classe média para derrotar as mobilizações do magistério.

O fascismo é uma forma de governo que, ante a impossibilidade de controlar os explorados por meios legais e “democráticos”, se vê obrigado a recorrer à violência para derrotar fisicamente com o propósito de reordenar e preservar o aparato produtivo e os interesses materiais da classe dominante.

Violência revolucionária é aquela que exercitam os explorados para defender seus interesses na perspectiva da política revolucionária do proletariado, ou seja, na perspectiva da revolução so-

cial. O POR reivindica esta violência das massas e, no atual momento, convoca os trabalhadores, a juventude e os explorados em geral a se organizarem em piquetes armados de autodefesa para derrotar as hordas reacionárias de direita e também as organizadas pelo governo burguês do MAS para espancar nas ruas aqueles que lutam por pão, trabalho e o direito de viver como seres humanos. Já não devem se repetir experiências como o incêndio no prédio da FUL em Cochabamba, as reiteradas tentativas de assaltar a sede da federação dos professores urbanos de La Paz, a repressão brutal aos habitantes do plano 3 mil de Santa Cruz, etc., os explorados estão em seu direito legítimo de se defender fisicamente e de derrotar o inimigo nas ruas.

(Extraído do Jornal massas boliviano nº 2085 de 23/05/2008).

Viva Bolívia Operária e Camponesa. Já Estamos Cansados de Tanta Farsa.

Os cívicos fascistas com seus referendos autônômicos, manobras para encurralar o governo e chegar a um acordo em melhores condições.

O governo impostor com suas “nacionalizações” de papel. Agora comprará as ações de TRANSREDES com sua cantilena de que quer “sócios” imperialistas, mas não amos. O que significa isto? Que o governo masista faz todos os esforços para conseguir se “associar” com as multinacionais e sob essa figura enganosa entregar os recursos naturais do país para a voracidade imperialista. Exemplos: Mutún, Salar de Uyuni, San Cristobal, etc., etc.

O governo que diz ser expressão da maioria camponesa acredita que é possível sair da miséria extrema, soldando-se ao capitalismo imperialista, com as empresas multinacionais que exploram e oprimem internacionalmente aos operários.

As potências capitalistas já encontraram a forma de encurralar o governo masista com a ajuda da direita nativa até pulverizá-lo ou convertê-lo em seu laçao incondicional.

A burguesia nativa põe em evidência sua condição miserável ao combater raivosamente Evo, que já não sabe o que fazer para convencê-la de que é sincero quando jura respeitar a grande propriedade privada burguesa, clamando pelo diálogo e pelo entendimento.

Bolívia não deixou de ser uma colônia miserável das potências imperialistas, lamentável condição que unicamente pode ser superada pela revolução e ditadura proletárias.

(Extraído do Jornal massas boliviano nº 2085 de 23/05/2008).

Em vez de Diálogos e Referendos Necessitamos uma Revolução para Varrer com a Burguesia Vendida!

Esta classe dominante anti-nacional pisoteia camponeses impunemente e temos que dialogar com eles?. Aqui se necessita uma revolução social para destruí-los e não mais demagogia masista.

Seus negócios nos matam de fome, nos insultam, ameaçam criar sua própria nação de latifundiários, a toda hora nos dizem que são nossos “patronitos” e nós seus pobres “pongos” que dependemos deles. E apesar de tudo isto o molenga do EVO insiste em que na democracia devemos dialogar com estes vende-patria que pisoteiam camponeses. Isto só mostra o servilismo do governo demagogo que quer algum dia chegar a ser amigo e parte desta burguesia antinacional em vez de destruí-la como querem todos os explorados bolivianos.

É por isso que devemos seguir a política proletária, deixar de lado os diálogos e referendos, ação direta para liquidá-los tomando-lhes seus latifúndios, fábricas, empresas, bancos, etc. Governo Operário e Camponês para que transforme a grande propriedade privada burguesa em propriedade social que dará pão e trabalho a todos.

Companheiro o poder da burguesia anti-nacional (direita fascista) está em seu poder econômico, eles ganham fortunas matando-nos de fome. Por isso devemos nos organizar para tirar seus latifúndios, bancos, empresas, todos os grandes meios de produção privados para que, sob o governo operário e cam-

ponês sirvam, como propriedade social, para que dêem pão e trabalho a todos.

Não mais demagogia de referendos e diálogos com nossos carrascos, façamos a revolução social para impor nosso governo operário e camponês, a ditadura proletária (ditadura dos explorados contra seus exploradores). Nós governaremos a partir dos órgãos de poder das massas como os “cabildos”, “assembléias de representantes revogáveis” etc. retomemos a política proletária da Assembléia Popular de 1971. Isto é: Socialismo caminho ao Comunismo sem politiqueros vagabundos.

Salário Mínimo Vital com Escala Móvel Agora!!!

Vamos para as Ruas!! Lutar por Terra, Pão e Trabalho!!

Derrotar a Direita e Expulsar as Multinacionais!!!

Com o Partido Operário Revolucionário para o Socialismo!!

Revolução e Ditadura Proletárias!!!

(Extraído do Jornal massas boliviano nº 2085 de 23/05/2008).

Extraordinária Vitória da URMA em La Paz e Derrota do oficialismo Unidade

Em que pese a desesperada e terrível campanha do oficialismo investindo uma grande quantidade de dinheiro para apoderar-se da Federação Departamental de Trabalhadores da Educação Urbana de La Paz (FDTEULP) e seus intentos violentos para desconhecer a vontade da maioria, no dia 29, a URMA

trostkista se levantou com a vitória obtendo 56 % dos votos. De 51 mesas habilitadas em distintos estabelecimentos de educação, a URMA recebeu 10.257 votos enquanto a frente oficialista Unidade recebeu 8.166.

O novo presidente, companheiro Gonzalo Soruco, fez sua proclamação

como vencedor, explicou: “não valeu para nada a imensa quantidade de dinheiro destinado pelo governo, este foi sepultado nessas eleições”. Todos se uniram para derrotar a URMA, mas não puderam por serem no magistério pacífico tradição de consequência e honestidade, combativa e respeitada.